



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 5 de dezembro de 2023

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,08% São Paulo	126.166	R\$ 4,949 (+ 1,39%)	R\$ 1.320	R\$ 5,359	12,15%	11,85%	Junho/2023 -0,08 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24
0,11% Nova York	29/11 30/11 1/12 4/12	28/novembro 4,872 29/novembro 4,887 30/novembro 4,915 1º/dezembro 4,880					

PRECATÓRIOS

Medida provisória a ser baixada em até duas semanas vai detalhar os desembolsos a serem feitos a quem tem dívidas a receber da União. Pagamento foi autorizado pelo STF na semana passada

Governo libera R\$ 95 bi em janeiro

» EDLA LULA

Carlos Moura/SCO/STF



Decisão dos ministros do Supremo estabeleceu que quitação dos precatórios acumulados até 2023 não vai afetar as metas fiscais

Pessoas e empresas que têm a receber do governo federal valores de precatórios que foram repassados pelas chamadas PECs do Calote, em 2021, devem começar a ver a cor do dinheiro a partir de janeiro. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu a abertura do crédito extraordinário de R\$ 95 bilhões para que a União possa quitar o estoque de passivos acumulados desde a promulgação das Emendas Constitucionais 113 e 114.

Uma medida provisória em elaboração no governo deve sair em duas semanas e vai abrir os créditos extraordinários, com os detalhes dos desembolsos a serem feitos. A previsão é de que o governo deposite ainda este ano os R\$ 95 bilhões, que começarão a ser liberados para os credores no início de 2024, segundo o Conselho da Justiça Federal (CJF), órgão responsável por supervisionar o cumprimento de decisões judiciais.

Os precatórios são títulos que representam dívidas consolidadas cujo pagamento foi determinado pela Justiça, e sobre as quais não cabem mais recursos. A gama de beneficiários pela decisão do STF é variada e inclui, por exemplo, empresas que têm créditos a receber do governo, aposentados e pensionistas que ganharam ações na Justiça, servidores públicos e pessoas que tiveram imóveis ou terras desapropriadas e não receberam os pagamentos.

Embora o volume de recursos a serem desembolsados seja elevado — 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) —, e vá comprometer ainda mais as contas públicas, especialistas dizem que a decisão do governo de não retardar o pagamento é acertada.

“Credores nacionais e investidores estrangeiros passam a ver o país como bom pagador, pois há expectativa efetiva de recebimento dos valores que o governo deve com base nos precatórios. Isso traz segurança jurídica, tendo em vista, inclusive, o direito de propriedade, que está na Constituição”, observa Gustavo Taparelli, sócio da Abe Advogados, especialista em direito tributário.

Felipe Salto, economista-chefe Warren Investimentos

mas sem rompimento de regras fiscais”, observou.

Em nota conjunta divulgada ontem, os ministérios da área econômica, mais a Casa Civil e a Advocacia-Geral da União (AGU) enaltecem a decisão do STF, que declarou a inconstitucionalidade das duas emendas editadas no governo Jair Bolsonaro. A matéria foi aprovada quase por unanimidade.

Promulgadas em dezembro de 2021, as emendas constitucionais colocaram um limite para o

pagamento dos precatórios da União entre 2022 e 2026, empurrando parte das dívidas para os governos que viessem a partir de 2027. As alterações previam que, naquele período, os recursos para esses pagamentos ficariam limitados ao valor atualizado gasto no exercício de 2016. Com as PECs, o governo conseguiu abrir espaço no orçamento para ampliar, em 2022 — ano em que Bolsonaro concorreu à reeleição —, o então chamado Auxílio Brasil para R\$ 600 por mês.

ATIVIDADE ECONÔMICA

Mercado espera queda do PIB no terceiro trimestre

» RAFAELA GONÇALVES

Após um primeiro semestre com resultados melhores do que os esperados, economistas apontam perda de fôlego e, possivelmente, retração do Produto Interno Bruto (PIB) entre julho e setembro. A maioria dos analistas estima que a atividade econômica deve registrar queda de 0,3%, em relação ao trimestre anterior, no indicador que será divulgado hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se concretizada, será a primeira queda da atividade desde o segundo trimestre de 2021, marcado pelo início da recuperação da pandemia.

Tanto no primeiro trimestre deste ano, que registrou crescimento de 1,9%, quanto no segundo, que teve alta de 0,9%, o avanço da economia superou as expectativas do mercado. Nas duas vezes, o bom desempenho do agronegócio puxou

os dados para cima, o que não deve se repetir agora.

“A safra é sazonal, e foi o que impulsionou o PIB dos primeiros trimestres. A próxima safra será só no ano que vem e talvez não seja tão boa quanto a deste ano, principalmente devido aos efeitos do El Niño, que provocou chuvas muito fortes em algumas regiões e calor intenso em outras. Então, não teremos neste trimestre um resultado tão bom neste setor”, observou Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos.

Os dados que buscam antecipar o resultado do PIB já indicaram desaceleração da economia. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) fechou o terceiro trimestre em queda de 0,64% em relação ao segundo. Já dados do Monitor do PIB, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), apontaram estagnação da economia no terceiro trimestre.

Ed Alves/CB/DA Press



Mau desempenho do comércio contribuiu para travar a economia

Segundo a economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta, a principal expectativa para o PIB do terceiro trimestre pelo lado da oferta ficará por conta do setor de serviços, marcado pelo mau desempenho do comércio. “O setor vem tendo dificuldade de crescer, em função

dos juros ainda muito elevados e a cautela dos consumidores na compra de bens de maior valor e prazos de pagamento mais longos”, afirmou.

Sob a ótica da demanda, a economista ressaltou que o consumo das famílias tende a desacelerar. “A inflação comportada,

especialmente de alimentos e de bens duráveis, permitiu às famílias consumirem mais com o mesmo volume de recursos disponíveis, mas isso não se refletiu em aumento no volume de serviços prestados às famílias, e poucos segmentos do comércio apresentaram crescimento nos três meses encerrados em setembro”, acrescentou.

Argenta destacou ainda que programas governamentais de estímulo, sobretudo o Desenrola, de renegociação de dívidas, não surtiram efeito durante o período em questão, impedindo a melhora das projeções para o comércio. “O Desenrola talvez tenha criado condições para o aumento do consumo no futuro”, ressaltou.

A indústria permaneceu estagnada ao longo do ano. “Algumas atividades que foram cruciais, como as de extração e mineração, não conseguem recuperar a vitalidade que tinham há anos atrás. Algo difícil de ser revertido principalmente em um processo de desaceleração da atividade econômica”, ponderou Camila Abdelmalack, economista-chefe da Vee-

dha Investimentos.

CAPITAL EXTERNO

Investimento estrangeiro em baixa

Os Investimentos Estrangeiros Diretos no País (IDP), que vêm caindo desde o início deste ano, registraram nova baixa em outubro. Naquele mês, entraram no país US\$ 3,306 bilhões para investimentos produtivos, o que significou uma redução de 43% em comparação ao mesmo período do ano passado, quando o montante havia sido de US\$ 5,826 bilhões. Foi o menor valor para o mês desde 2020, quando houve uma queda nos aportes em função da pandemia da covid-19.

Os dados são do Relatório de Estatísticas do Setor Externo, divulgado pelo Banco Central (BC). No ano acumulado do ano, o fluxo de IDP ficou em US\$ 44,937 bilhões, uma queda de 39,8% em relação aos US\$ 74,659 bilhões do mesmo período de 2022. Os números, entretanto, não preocupam o BC. O chefe do Departamento de Estatísticas da autarquia, Fernando Rocha, explicou que a queda se deu após um fluxo de recursos excepcionalmente mais alto no período pós-pandemia.

“Tivemos uma base de comparação mais elevada, pois, em 2021 e 2022, registramos um volume mais alto de investimentos do exterior, devido à recuperação das perdas de 2020, que foi o ano da pandemia. Podemos interpretar como uma redução em comparação com os patamares do ano passado, que eram de recuperação. Mesmo com a redução, os valores são bastante maiores que os valores do déficit em transações correntes”, disse.

Apesar do resultado, Rocha afirmou que a autoridade monetária projeta um ingresso maior de recursos no último trimestre do ano. Atualmente, a perspectiva da instituição é de um saldo de US\$ 65 bilhões para a conta neste ano.

Segundo Rodolfo Margato, economista da XP, o declínio dos fluxos de investimento direto vem refletindo o enfraquecimento da atividade econômica e a menor lucratividade das companhias, tanto no Brasil quanto no exterior.

“Esta dinâmica representa o principal fator a ser monitorado em 2024, em nossa avaliação. Em linhas gerais, o balanço de pagamentos brasileiro permanece sólido, apesar da piora recente de alguns indicadores, principalmente do IDP. As contas externas favoráveis têm sustentado suporte à taxa de câmbio em meio às elevadas incertezas no ambiente macroeconômico”, avaliou Margato, que projeta um saldo menor que o esperado pela autoridade monetária. “Prevemos entrada líquida de US\$ 60 bilhões este ano, o que equivale a 2,8% do PIB, e US\$ 70,0 bilhões no ano que vem, ou seja, 3% do PIB.”

Em outubro, as contas externas tiveram um déficit de US\$ 230 milhões, o menor desde 2006 e 96% inferior ao do mesmo mês do ano passado. Segundo o BC, a diminuição foi potencializada pelo saldo da balança comercial, que somou US\$ 7,4 bilhões.

Para o Rocha, do BC, o relatório mostra uma situação externa “bastante confortável”. “O Brasil tem fortalecido sua posição externa mediante as reduções de déficit das transações correntes, que vem sendo causadas pelo superávit da balança comercial”, comentou. (RG)